



# Newsletter Avaliação IOB

## # 15 03

## Sensibilidade & Bom Senso de Género

Auditoria da política internacional para os direitos das mulheres e igualdade de género (2007-2014)

nsso de Género | Newsletter Avaliação IOB # 15 03 | Sensibilidade & Bom Senso de Género | Newsletter Avaliação IOB # 15 03 | Sensibilidade & Bom Senso de Género | Ne

O IOB examinou a intervenção dos Países Baixos na promoção dos direitos das mulheres e igualdade de género no período 2007-2014. As principais *conclusões* são:

- Os Países Baixos, através dos canais diplomáticos, têm defendido a existência de normas internacionais em matéria de igualdade entre mulheres e homens e a sua aplicação.
- Em muitos países, os Países Baixos também apoiam financeiramente organizações que defendem os direitos das mulheres.
- Ao mesmo tempo, as suas ambições no campo da integração de uma perspetiva de género (*mainstreaming*) nas prioridades das políticas externa e de desenvolvimento não foram consistentemente postas em prática. Em particular, no campo do desenvolvimento económico e da paz e segurança, deu-se menos atenção aos interesses e necessidades das mulheres. Em parte, por falta de capacidade para a realização dessas ambições.

- A compreensão dos resultados alcançados é limitada. Em parte, pela forma como foram elaborados muitos projetos e programas, e por ter sido dada insuficiente atenção à monitorização e avaliação.

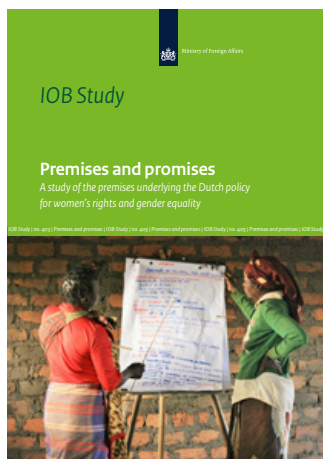
Com base nas suas conclusões, o IOB retira as seguintes *lições*:

- Possibilitar o fortalecimento do compromisso, da prestação de contas (*accountability*) e da capacidade em termos de conteúdo, tanto dentro do Ministério como em organizações que co-implementam a política neerlandesa.
- Assegurar que a integração de uma perspetiva de género é feita de forma consistente nas várias fases do ciclo de políticas; desde análises específicas do contexto de género até à monitorização e avaliação e pesquisas empíricas sobre aquilo que funciona para *as mulheres e para os homens*.
- Ser realista sobre *aquilo* que pode ser alcançado e o *prazo* em que é possível alcançar. Reconhecer a necessidade de um compromisso de longo prazo para possibilitar avanços na igualdade de género.

## Contexto

Após vários anos de uma existência dormente, os direitos das mulheres e a igualdade de género ganharam novamente, em 2007, um lugar de destaque na agenda neerlandesa da política externa e de desenvolvimento. Nesse ano, foi lançado o Fundo MDG3 (Objetivo de Desenvolvimento do Milénio) a partir do qual eram apoiadas organizações que trabalhavam no campo dos direitos das mulheres. Foi também elaborado o primeiro Plano de Ação Nacional (PAN) para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre mulheres, paz e segurança.

No entanto, foi preciso esperar até 2011 antes que uma nota específica sobre a política de género internacional visse a luz. Esta carta era ambiciosa no que se refere às metas que os Países Baixos tinham em vista e visava uma ampla gama de temas que já tinham sido prioritários nos anos anteriores: o combate à violência contra as mulheres, o aumento da participação política das mulheres, da sua independência económica e da segurança alimentar, a promoção do seu papel nos processos de paz e salvaguarda da sua saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Faltou, todavia, definir uma visão clara de como atingir esses objetivos e como ir medindo o progresso no seu alcance.



A política neerlandesa é caracterizada pela combinação de uma abordagem baseada nos direitos e uma abordagem instrumental.

A abordagem baseada nos direitos tem a sua origem em tratados e convenções internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e a Plataforma

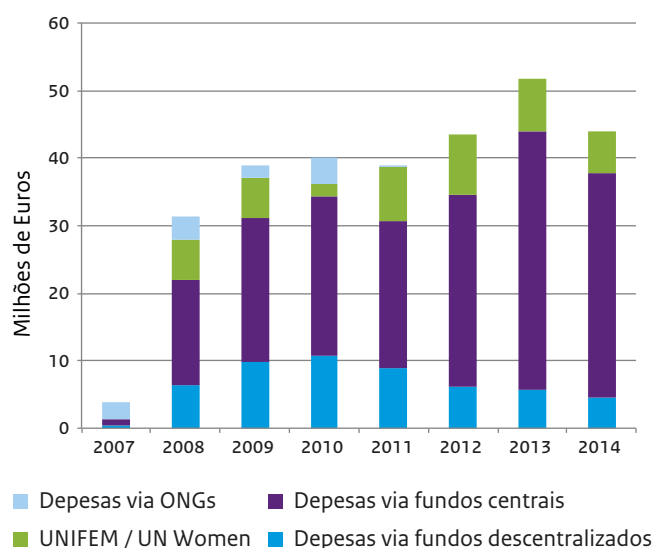
de Ação de Beijing (1995). Esses acordos internacionais enfatizam que homens e mulheres têm direitos iguais. A abordagem instrumental é baseada na ideia de que a participação das mulheres leva a uma redução mais eficaz da pobreza, a uma política mais inclusiva e mais estável e a maior segurança internacional. No entanto, a evidência empírica para sustentar os pressupostos subjacentes a esta abordagem instrumental ainda é limitada, como se torna evidente no estudo de literatura publicado pelo IOB 'Premises and promises' (Estudo IOB # 403).

## Resultados

Para a implementação da política optou-se por uma abordagem em duas vertentes, onde a integração sistemática dos aspetos de género na política externa e de desenvolvimento global (integração da perspectiva de género) é combinada com o financiamento de programas e projetos específicos para mulheres.

O IOB conclui que a integração da perspectiva de género nem sempre era consequentemente aplicada e que muitas vezes só se aplicava a mulheres – e não a género. Os campos do desenvolvimento económico e da paz e segurança ficaram claramente aquém das expectativas. Isso é problemático porque a literatura demonstra que quando, na conceção de um programa ou projeto, não é dada atenção às mulheres e à igualdade de género, é improvável que estes temas ainda venham a ser tocados na implementação da política. Além disso, não se sabe ao certo o valor que o Ministério dos Negócios Estrangeiros despendeu com a integração da perspectiva de género. Este registo não foi feito cuidadosamente pelo que os dados não parecem ser fiáveis.

**Figura 1** Despesas com a promoção dos direitos das mulheres e igualdade de género (2007-2014)



Fonte: Sistema de Administração Financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A situação muda em relação à segunda vertente: no período de 2007 a 2014, o Ministério dos Negócios Estrangeiros despendeu 292,6 milhões de euros em programas e iniciativas de projetos para promover os direitos das mulheres e a igualdade de género (ver figura 1). A maior parte destes recursos foi utilizada para financiar o Fundo MDG3 (2008-2011; 77 milhões de euros) e o seu sucessor, *Funding Leadership Opportunities for Women* (FLOW, 2012-2015; 80 milhões de euros). Também foram disponibilizados recursos para o Fundo Mulheres das NU, o Fundo Fiduciário da ONU pelo Fim da Violência contra a Mulher, a iniciativa *Women on the Frontline*, e para projetos realizados no âmbito do segundo Plano Nacional de Ação para a implementação da Resolução 1325 (2012-2015). O IOB publicou duas avaliações distintas sobre o PAN 1325 (Avaliação IOB # 399) e do Fundo MDG 3 (Avaliação IOB # 401).

De acordo com a nota de política de 2011, as duas vertentes deveriam também 'reforçar-se mutuamente'. O IOB não encontrou evidência para isso. O IOB constatou, todavia, que houve pouca ou nenhuma interação entre iniciativas semelhantes que efetivamente foram realizadas no mesmo país ou região, mas que pertenciam a programas diferentes.



A nível da diplomacia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros também procurou chamar a atenção para a igualdade de género e para os direitos das mulheres. Para o efeito, em conjunto com o Ministério da Educação, Cultura e Ciência, fez lobby no âmbito de vários fóruns da ONU para a criação e manutenção de padrões internacionais. Também tomou medidas para garantir que os Estados-Membros das Nações Unidas cumprissem (melhor) estas normas. Também a nível europeu, os Países Baixos promoveram ativamente a integração da igualdade de género na política europeia externa e de desenvolvimento. Finalmente, o Ministério chama regularmente a atenção para a igualdade de género e dos direitos das mulheres nos diálogos políticos com os países parceiros individuais, tendo como fundamentos os tratados e convenções internacionais acima mencionados. É difícil avaliar os resultados destes esforços diplomáticos. Ao mesmo tempo, o IOB salienta a sua importância, também para as organizações que, muitas vezes em situações adversas, defendem os direitos das mulheres.

Embora as ambições da política de género neerlandesa sejam admiráveis, o IOB é crítico quanto à falta de visão relativamente à sua execução e eficácia, e à capacidade limitada do Ministério para efetivamente realizar essas ambições.

A informação sobre os resultados alcançados é limitada. Os relatórios de progresso e avaliações, muitas vezes, não vão mais além de uma descrição das atividades realizadas e do número de mulheres que provavelmente foram alcançadas. Dados sobre resultados a longo prazo – como o melhoramento da posição socioeconómica das mulheres e a redução das desigualdades de género – são raros. E, no caso de estarem disponíveis, são muitas vezes baseados em histórias anedóticas não verificáveis. Esta falta de conhecimento sobre os resultados está enraizada na conceção de muitos projetos e programas:

1. Embora a política de género neerlandesa reconheça que homens e mulheres têm diferentes necessidades e prioridades, falta muitas vezes uma análise de género mais elaborada. Uma análise que olhe para o contexto, os padrões subjacentes e as relações de poder entre homens e mulheres e os diferentes efeitos que uma intervenção de género pode ter. A falta de uma análise dificulta a medição dos efeitos dos projetos e programas na situação específica das mulheres.

2. Embora os indicadores específicos por sexo sejam essenciais para medir os resultados de género relevantes, estes muitas vezes não existem. Isso faz com que relatórios e avaliações não consigam demonstrar se as mulheres se beneficiaram ou não com as intervenções.
3. Embora a desigualdade de género seja determinada culturalmente; e a mudança das normas de género um processo a longo prazo, muitos programas com financiamento central funcionavam em base de projetos com um período de execução (demasiado) curto. Esta abordagem impede a obtenção de resultados sustentáveis.

Finalmente, para muitos temas, há ainda a chamada 'lacuna de informação'; há pouca pesquisa (académica) disponível sobre o que funciona ou não funciona na promoção da igualdade de género e dos direitos das mulheres. A importância da educação para a emancipação das mulheres é claramente uma exceção.

## Lições

O IOB retira as seguintes lições:

- Aplicar na prática os acordos internacionais sobre a integração de uma perspectiva de género e integrar sistematicamente a consciência de género em *todas* as prioridades políticas e sua implementação.
- Conseguir o compromisso com, e a 'accountability' necessários para os direitos das mulheres e a igualdade de género, tanto dentro do ministério como junto de organizações parceiras que ajudem na implementação da política.
- Conseguir que também dentro do ministério haja mais conhecimento no campo dos direitos das mulheres e da igualdade de género.
- A igualdade de género não se refere apenas a mulheres: é uma problemática que respeita tanto os homens como as mulheres e põe em causa as relações de poder.
- Conhecer o contexto e as normas e valores subjacentes é essencial para a conceção e implementação de programas e projetos: não concentrar as intervenções em uma só solução uniforme, mas ver o que funciona num ambiente altamente variável. A análise de género pode fornecer elementos importantes para isso.
- Ser realista sobre o que pode ser alcançado e a que prazo. Os avanços na igualdade de género requerem muitas vezes uma mudança de cultura e um processo que exige um compromisso a longo prazo.
- Ter uma capacidade prática de aprendizagem e desenvolvimento, não só com base numa melhor monitorização, mas também com base na investigação científica empírica sobre o que funciona para *as mulheres e para os homens*.

O Departamento de Avaliação de Políticas e Operações (IOB) do ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos realiza pesquisas independentes sobre a eficácia, eficiência, pertinência, coerência e durabilidade da política externa holandesa para dar conta quanto aos resultados da política e para dar informação para melhorar a política. Através de procedimentos sistemáticos e transparentes garante-se a qualidade da pesquisa do IOB.

Todos os relatórios de avaliação do IOB são públicos e são apresentados ao parlamento holandês. Além disso, o IOB quer fazer os relatórios acessíveis ao público holandês e aos parceiros nos países envolvidos. Os relatórios estão disponíveis de forma gratuita e o IOB publica um resumo das principais conclusões como Newsletter Avaliação.

Avaliação IOB # 405 (2015), *Gender sense & sensitivity : Policy evaluation on women's rights and gender equality (2007-2014)*. ISBN: 978-90-5328-471-1

Estudo IOB # 403 (2015), *Premises and promises. A study of the premises underlying the Dutch policy for women's rights and gender equality*. ISBN: 978-90-5328-469-8

Avaliação IOB # 401 (2015), *Evaluation of the MDG3 Fund 'Investing in Equality' (2008-2011)*. ISBN: 978-90-5328-468-1

Avaliação IOB # 399 (2015), *Gender, peace and security. Evaluation of the Netherlands and UN Security Council resolution 1325*. ISBN: 978-90-5328-465-0

Disponíveis no:

[www.iob-evaluatie.nl/en](http://www.iob-evaluatie.nl/en)

[www.government.nl/foreign-policy-evaluations](http://www.government.nl/foreign-policy-evaluations)

Sensibilidade & Bom Senso de Género | Newsletter Avaliação IOB # 15 03 | Sensibilidate & Bom Senso de Género | Newsletter Avaliação IOB # 15 03 | Sensibilidate & Bom Senso de Género